

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Distribuidora de Doces São João S.A. - CNPJ 22.103.410/0001-09

1. Contexto Operacional

A Distribuidora de Doces São João S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Conselheiro Lafaiete - MG, tendo como objeto social o comércio de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios.

A Companhia possui unidade filial em operação no mesmo município de sua sede.

No exercício de 2025, foram realizadas deliberações societárias por meio de Assembleia Geral Extraordinária regularmente registrada, com efeitos no próprio exercício.

2. Base de Elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira, em especial a Lei nº 6.404/76, e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, com base no regime de competência.

As demonstrações estão apresentadas em moeda funcional Real (R\$) e referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3. Principais Práticas Contábeis

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem recursos disponíveis em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata.

3.2. Contas a Receber

Registradas pelo valor nominal, sendo avaliadas quanto à recuperabilidade quando aplicável.

3.3. Estoques

Avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido.

3.4. Ativo Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens.

3.5. Reconhecimento de Receita

As receitas são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle dos produtos ao cliente, conforme o regime de competência.

3.6. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes, legais ou construtivas, quando estimáveis e com probabilidade de saída de recursos.

3.7. Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social são apurados conforme a legislação vigente, sendo reconhecidos com base no regime de competência.

4. Patrimônio Líquido

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 161.000,00, dividido em ações ordinárias e preferenciais, conforme disposições estatutárias.

No exercício de 2025, foi deliberado aumento de capital social, mediante integralização em moeda corrente e capitalização de lucros acumulados, conforme Assembleia Geral Extraordinária regularmente realizada.

A Companhia possui diferentes classes de ações, com direitos específicos definidos em seu Estatuto Social.

Foi constituída reserva legal no exercício, em conformidade com a legislação societária vigente.

5. Administração

A Companhia é administrada por Diretoria regularmente eleita, com mandato e atribuições definidos em seu Estatuto Social.

6. Política de Resultados

A distribuição de resultados observa as disposições da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, podendo haver retenção de lucros conforme deliberação dos acionistas.

7. Distribuição de Resultados

A destinação do lucro líquido do exercício foi realizada em conformidade com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia, contemplando a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendos e a retenção de parcela do lucro para reforço do capital de giro e continuidade das operações, conforme deliberação dos acionistas.

8. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método indireto, evidenciando as variações ocorridas nas disponibilidades da Companhia no exercício.

9. Créditos Tributários

A Companhia reconheceu, no exercício de 2025, créditos tributários decorrentes de decisões judiciais favoráveis, relacionados à apuração de tributos federais.

Tais créditos compreendem valores principais e respectivas atualizações monetárias, tendo sido adotado tratamento tributário em conformidade com a legislação vigente e interpretações aplicáveis.

A Administração vem adotando as medidas cabíveis para utilização dos referidos créditos, inclusive por meio de compensação com débitos tributários federais, conforme regulamentação vigente.

10. Ativo Realizável a Longo Prazo – Partes Relacionadas

O ativo realizável a longo prazo inclui valores a receber com vencimento superior a 12 meses, decorrentes de operações realizadas com partes relacionadas no curso normal das atividades da Companhia.

Tais valores são registrados com base em condições acordadas entre as partes e estão sujeitos a avaliação periódica quanto à sua realização.

11. Classificação das Obrigações – Lei 6.404/76

As obrigações da Companhia estão classificadas entre circulante e não circulante, de acordo com seus prazos de vencimento, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

12. Investimentos e Partes Relacionadas

A Companhia não possui participações societárias em controladas ou coligadas.

13. Eventos Subsequentes

Até a data de autorização para emissão das demonstrações contábeis, não foram identificados eventos subsequentes relevantes que demandassem ajustes ou divulgações adicionais.

Conselheiro Lafaiete, 31 de dezembro de 2025.

Geraldo de Assis Moraes

Diretor

Christianne M. Ribeiro

CRCMG 091627